

## O PC DO B DURANTE A DITADURA: DUAS IMPORTANTES CONTRIBUIÇÕES

Carlos Eduardo Carvalho\*

### Resumo

A sobrevivência do PC do B à violenta repressão da ditadura militar, em especial após o início da luta armada no sul do Pará, em 1972, pode ser analisada pela combinação peculiar das concepções militaristas, de inspiração foquista, largamente predominantes nas organizações revolucionárias na segunda metade da década de 1960, com orientações políticas amplas e de massas. Embora ocupassem posição claramente subordinada desde a criação do partido, em 1962, estas orientações estavam presentes nos seus principais documentos e na sua atividade política, sempre mescladas com a orientação militarista predominante. A coexistência das duas perspectivas é uma explicação para a trajetória do PC do B no movimento estudantil em Salvador, entre 1967 e 1975, em que o partido evoluiu para formas de atuação e de organização distintas das que prevaleciam nas demais organizações revolucionárias e muito próximas das propostas do PCB na época. A permanência destas concepções no PC do B pode ser atribuída à força da tradição comunista, herdada do velho PCB, e à influência de um dos seus principais dirigentes, Pedro Pomar.

### Palavras-chave

PC do B; ditadura militar; guerrilha do Araguaia; movimento estudantil – Bahia; Pedro Pomar.

### Abstract

*The survival of the Communist Party of Brazil (PC do B) after the violent repression of military dictatorship and specially after the beginning of guerrilla in the south of Pará, in 1972, may be explained by the singular combination of militarist conceptions, widely predominant in the revolutionary organizations during the second half of 60's, based on wide political mass orientations. Although these orientations were not dominant since the party was created in 1962, they were always present in the main documents and in the party's political activity, always mixed with the prevailing militarist orientation. The coexistence of both views is one explanation for the trajectory of Communist Party of Brazil in the students movement in Salvador, during the period of 1967 and 1975. During this period, the party developed ways of action and organization different from the ones that prevailed in other revolutionary parties and very close to the ones proposed by PCB - Brazilian Communist Party at that moment. The persistence of these concepts in the Communist Party of Brazil may be attributed to the strength of communist traditions, inherited from the old PCB and also to the influence of one of its main leaders, Pedro Pomar.*

### Key-words

*Communist Party of Brazil; military dictatorship; guerrilla of Araguaia; students movement – Bahia; Pedro Pomar*

## Introdução

O Partido Comunista do Brasil, o PC do B,<sup>1</sup> foi a única das organizações revolucionárias que se lançaram à luta armada durante a ditadura militar<sup>2</sup> que conseguiu sobreviver como força política organizada e manter atuação política de algum destaque. O PC do B conservou certa influência em movimentos e organizações sociais, conquistou representação parlamentar e algumas prefeituras e ocupa posição de destaque no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Uma explicação para esta trajetória singular destaca a combinação, específica do PC do B, de adesão radical à luta armada, que culminou na guerrilha do Araguaia (1972-73), com ênfase na atuação política ampla, o “trabalho de massa” e a inserção em espaços políticos legais durante o período mais violento da ditadura.<sup>3</sup> O Partido aderiu plenamente às concepções militaristas e foquistas prevalentes na época, mas manteve os elementos desta linha ampla nos seus principais documentos políticos e na orientação de seus militantes em diversas áreas. Esta combinação peculiar permitiu, inclusive, a conquista de novos militantes mesmo depois de ter deslocado grande parte dos seus quadros mais experientes para a região da guerrilha, entre 1968 e 1971, e de ter perdido muitos outros com a violenta ação repressiva de que foi alvo a partir da deflagração da luta armada no Sul do Pará.<sup>4</sup>

Dois trabalhos recentes trazem importantes contribuições ao conhecimento da trajetória do PC do B e da luta política durante os primeiros anos da ditadura militar. *Pedro Pomar, uma vida em vermelho* é a biografia pessoal e política de um dos principais dirigentes do PC do B, e também do antigo PCB, escrita por seu filho, Wladimir Pomar – ele próprio ex-membro da direção do Partido.<sup>5</sup> *Ação entre amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-73)* é a dissertação de mestrado de Andréa Cristiana Santos, na área de história social, defendida na Universidade Federal da Bahia (UFBA).<sup>6</sup>

Andréa Santos analisa a evolução da atividade do PC do B no movimento estudantil de Salvador de 1965 a 1973. Em trabalho anterior, a autora traçou o perfil dos militantes baianos do PC do B que se juntaram à preparação da Guerrilha do Araguaia.<sup>7</sup> Com orientação semelhante, a dissertação de mestrado amplia o leque de indagações e questiona os motivos de o PC do B ter sobrevivido na Bahia como força organizada e ter conseguido crescer e conquistar a hegemonia do movimento estudantil. Com base em entrevistas, análise dos inquéritos policial-militares, registros de imprensa e nos poucos documentos disponíveis, a dissertação traça um panorama da atividade política destes militantes em Salvador. O título procura acentuar a dimensão afetiva e de relacionamento pessoal, que assumiu papel crescente na sua atuação política.

A atividade do PC do B na Bahia, desde que ali se organizou, em 1965, combinou as duas vertentes da linha política do Partido: de um lado, defesa da luta armada e prática política radical nas greves e manifestações estudantis; de outro, a “linha de massas”, o encaminhamento de reivindicações específicas dos estudantes, a preocupação com as entidades legais. A dissertação mostra o progressivo predomínio da segunda vertente, na medida em que as dificuldades da direção do Partido para acompanhar os militantes, devido à violenta repressão, abriram grande grau de liberdade na formulação e execução da atividade política, justamente durante os anos de maior endurecimento da ditadura. À medida que se intensificava a repressão, os militantes do PC do B no movimento estudantil da Bahia adotaram prática política cada vez mais ampla e legal, processo em que conquistaram a direção de importantes entidades estudantis e conseguiram manter a organização clandestina em atividade.

O livro de Wladimir Pomar é uma ampla exposição da vida pessoal e da atividade política de seu pai, Pedro Pomar, desde a infância em Óbidos, no Pará, onde nasceu, em 1913. Wladimir desenvolve a tese de que o PC do B, assim como o velho PCB, era “um conjunto de partidos dentro de um partido”.<sup>8</sup> Para o que se analisa aqui, a temática de maior interesse diz respeito à formação e à evolução do PC do B até 1976, quando Pedro Pomar foi assassinado em São Paulo pela ditadura, no trágico episódio conhecido como “chacina da Lapa”.

Para Wladimir, desde a definição do grupo que formaria o PC do B, nos desdobramentos do V Congresso do PCB, de 1960, o novo Partido abrigava uma duplicidade de concepções, presente tanto nas formulações programáticas e nos posicionamentos políticos quanto na atividade prática, na preparação e desencadeamento da luta armada, nas formas de organização interna, na atuação nos movimentos de massa e nas organizações em que desenvolvia atividade legal. Wladimir defende a idéia de que estas diferenças guardavam continuidade com o período anterior do PCB, desde a reorganização e a curta temporada de legalidade, na década de 1940, os embates entre “renovadores” e “dogmáticos”, de 1956 até o V Congresso. Para ele, os dois campos envolviam diversos matizes e Pedro Pomar manteve sempre posição singular, contrária ao reformismo dos “modernizadores”, dos quais discordava intensamente, mas divergente também das posições “burocráticas” dos “dogmáticos”, aos quais acabou associado na formação do PC do B e na literatura sobre o PCB.<sup>9</sup>

Os dois trabalhos têm origens, objetivos e enfoques distintos. Além das relevantes contribuições que oferecem, é possível estabelecer um fecundo diálogo entre os dois para compreender melhor a trajetória do PC do B e as questões mais gerais das atividades e das concepções das organizações de esquerda naqueles anos. A experiência da Bahia pode ser

analisada a partir do processo caracterizado por Wladimir, cujas teses podem ser conferidas pela experiência prática no movimento estudantil de Salvador. Vale ressaltar, também, que os dois trabalhos apresentam importante estudo de militantes individuais, seja a figura singular de Pedro Pomar, seja o conjunto de militantes menos conhecidos, cuja atividade e concepções são analisadas na dissertação de Andréa Santos.

Este artigo estabelece um diálogo entre os dois textos, apoiado, também, na experiência pessoal do autor, militante do PC do B entre 1970-80, na organização estudantil da Bahia, entre 1970 e 1972, e na estrutura de apoio da Comissão de Organização do Comitê Central em São Paulo, entre 1974 e 1976, dirigida no período pelo próprio Pedro Pomar.

Depois desta introdução, a segunda seção traça um breve quadro histórico do PC do B, a terceira apresenta e discute o trabalho de Andréa Santos sobre o Partido no movimento estudantil baiano, a quarta apresenta as teses de Wladimir sobre a trajetória de seu pai e a convivência de “dois partidos” no PC do B; a quinta e última traz as considerações finais.

#### *Breve histórico do PC do B*

O PC do B nasceu na Conferência Nacional Extraordinária de fevereiro de 1962. Retomou o nome de Partido Comunista do Brasil, mantido pelo PCB desde sua fundação, em 1922, até 1961, quando o substituiu por Partido Comunista Brasileiro. A troca de nome pretendia facilitar a recuperação do registro legal do Partido, cassado em 1947 sob o pretexto, entre outros, de que, como seção “do Brasil” do movimento comunista internacional, não era “brasileiro”. Além da mudança de nome, o Programa e os Estatutos divulgados em agosto de 1961 eliminaram as referências à ditadura do proletariado. Um grupo de cem membros do partido apresentou uma carta de protesto por tais decisões terem sido tomadas fora de um congresso:

Eles exigiam a convocação de um congresso, de acordo com as normas estatutárias, para que todo o partido tivesse o direito de discutir as mudanças propostas. E, ao contrário do que conta a historiografia oficial, entre esses cem militantes estavam quadros que haviam concordado com as teses para o V Congresso, outros que continuavam totalmente fiéis ao PCUS, vários que ainda acreditavam piamente que Prestes não compactuava com as medidas do Secretariado, alguns já totalmente descrentes do mito prestista, vários que ainda reputavam Stálin como o maior guia que os povos haviam tido, uns que colocavam a unidade do partido acima de tudo e outros que gostariam de romper antes de serem expulsos. (...) Pomar não foi apenas um dos que assinaram, mas seu principal mentor e o que conseguiu dar-lhe o propósito de manter a divergência nos marcos da democracia interna do partido. Isto, porém, não

valeu de nada. Para a direção do PCB eram todos stalinistas e como tal deveriam ser tratados. (...) No velho estilo prestista-stalinista, tudo que cheirasse a fracionismo deveria ser extirpado. Os signatários da carta foram sendo chamados um a um para retirar ou manter sua assinatura e sendo expulsos separadamente, à medida que não mudavam sua posição. A expulsão de Pomar, nos meses finais de 1961, encerrou sua longa trajetória de quase 30 anos no partido.<sup>10</sup>

Esta interpretação conflita em diversos aspectos com trabalhos sobre o movimento comunista brasileiro em que a formação do PC do B, em 1962, é apresentada como uma opção do grupo stalinista ou dogmático, que dirigira o PCB desde a reorganização dos anos 1940 até serem desbancados, em 1958, na esteira dos debates que se seguiram ao XX Congresso do PCUS e do que foi chamado de “desestalinização”.<sup>11</sup> Para Wladimir Pomar,<sup>12</sup> o processo foi bem mais complexo: a formação do novo partido não foi uma opção deliberada, mas uma decorrência das expulsões de 1961, e o grupo original era bem menos coeso do ponto de vista político e ideológico do que em geral se afirma. Esta heterogeneidade é um dos elementos que destaca para sustentar sua tese sobre as diferenças de concepção presentes nos anos seguintes.

Ainda assim, os documentos iniciais do Partido, em especial o Manifesto-Programa, reproduziam as concepções do IV Congresso, de 1954. O PC do B se definiu por um governo revolucionário, contra as forças do imperialismo e do latifúndio, e a favor de um regime de “liberdade, cultura e bem-estar social”. O novo regime seria antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, definindo, assim, a revolução em duas etapas, nos moldes da visão prevalecente na III Internacional desde o final dos anos 1920. Aparece nestas definições o apego do PC do B à herança comunista e às posições prevalecentes no PCB até o processo aberto em 1956. Estes elementos definiram a coesão do grupo que organizou o Partido em 1962 e compuseram seus os traços distintivos nos anos seguintes.

O PC do B atraiu poucos militantes do antigo PCB e manteve dimensões reduzidas até o golpe de 1964. Nos primeiros anos da ditadura, adquiriu maior autoridade na esquerda, por ter se oposto à linha pacífica do PCB desde antes da ditadura. Ainda assim, atraiu número muito reduzido dos militantes que deixaram o PCB quando o fracionamento do velho “partidão” se generalizou, em 1967-68. Nestes primeiros anos, o PC do B se destacava pelo alinhamento com o PC chinês, pela defesa dos princípios e métodos dos partidos comunistas e pela recusa das novas idéias e propostas que proliferavam na esquerda mundial.

Na linha política, o Partido defendeu a adoção de todas as formas de luta, legais e ilegais, pacíficas e armadas, mas acentuou que o processo revolucionário seria lento e não se deveria tentar uma insurreição armada de imediato. A ênfase dada às lutas de massa ficou evidente na VI Conferência Nacional, de junho de 1966 (era a primeira, mas a

numeração seguiu a tese de que o Partido era a continuidade do velho PCB). O documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça de recolonização* defendia a luta armada, mas na forma de guerra popular prolongada, cuja preparação demandava intenso trabalho político e de organização de massas. O Partido não aderiu às propostas de desencadeamento imediato da luta armada, como a maioria das organizações de esquerda na época. A preparação do confronto armado seria uma tarefa longa, a ser feita com cautela, conhecida como “quinta tarefa” – as demais incluíam a luta por democracia, independência nacional, progresso e liberdade, a ser desenvolvida de todas as formas possíveis, de maneira ampla e maciça. Ainda assim, a direção do Partido foi se concentrando na preparação da luta armada e a montagem dos grupos na região do Araguaia tornou-se rapidamente sua preocupação central e quase exclusiva.

Nos anos seguintes à VI Conferência, o Partido acentuou a análise esquerdista do quadro político. Como outros grupos de esquerda, apontou um suposto enfraquecimento da ditadura como determinante da repressão cada vez mais violenta e conclamou os militantes a desenvolver formas de luta mais audaciosas. Ainda assim, nos principais documentos da época este apelo a “mais audácia” convivia com recomendações para aproveitar os espaços legais e desenvolver ações políticas amplas. Em dezembro de 1969, o documento *Responder ao banditismo da ditadura com a intensificação das lutas do povo* lançou a “campanha de revolucionarização” do Partido e incentivou os militantes a “adotar métodos corretos de direção e de trabalho e assimilar um estilo revolucionário”.<sup>13</sup> A preparação da luta armada se tornou a atividade central do Partido, quase a única de que o núcleo da direção se ocupava, conduzida em absoluto sigilo em uma região ampla e pouco povoada, na margem esquerda do rio Araguaia, no Sul do Pará.

Nestes anos o Partido foi pouco visado pela repressão, concentrada desde 1968 em destruir as organizações que praticavam ações armadas. Com a descoberta do esquema militar no Araguaia e o início da Guerrilha, a repressão voltou-se para o PC do B e causou-lhe graves perdas, com a prisão e o assassinato de vários dirigentes nacionais, no final de 1972 e 1973. O Partido se recuperou aos poucos, graças, inclusive, à adesão da maioria dos militantes e dirigentes da Ação Popular (AP).<sup>14</sup>

#### *Singularidades do PC do B no movimento estudantil baiano*

A trajetória do PC do B na Bahia<sup>15</sup> na primeira metade da ditadura se destaca não apenas pelo elevado número de militantes estudantis que se deslocaram para a preparação da luta armada na região do Araguaia, dez de um total de 69,<sup>16</sup> mas também pela formação

sucessiva de novas gerações que asseguraram a continuidade do Partido como força organizada durante os anos da repressão mais violenta. A Bahia foi um dos poucos estados em que o PC do B se manteve até meados dos anos 1970 com base nos quadros originários dele próprio.<sup>17</sup>

A dissertação de Andréa Santos oferece um painel amplo e detalhado desta trajetória, incluindo as experiências pessoais dos militantes envolvidos. A reconstituição apresentada reforça o papel decisivo da duplicidade de orientação política presente no PC do B naquele período. A capacidade de conquistar novos militantes foi bastante fortalecida pela perspectiva de atuação legal, promoção de atividades artísticas e culturais e criação de espaços para vínculos de amizade e de ligação afetiva com os colegas “de massa”. Esta linha política ampla se combinava todo o tempo com a perspectiva da luta armada, sempre presente para os militantes, mas colocada como um horizonte algo distante, a se materializar depois de um tempo não determinado de preparação para o deslocamento para outras regiões. A militância não implicava a realização de ações armadas nem sua preparação imediata. A formação de “grupos de autodefesa” foi abandonada progressivamente, bem como a realização de ações de propaganda de elevado risco, como pichações, comícios-relâmpago e distribuição de material clandestino.

O PC do B surgiu na Bahia a partir de um pequeno grupo de militantes na Faculdade de Direito da UFBA. De 1965 a 1975, o Partido em Salvador era formado basicamente por estudantes, universitários e secundaristas. Não houve dissidências importantes do PCB no estado que se juntassem ao PC do B.

Entre os anos de 1968 e 1973, foram indiciados 75 militantes do PC do B na Bahia. Destes, 44 atuavam na capital do Estado e 31 nas cidades do interior. De acordo com estes dados estatísticos, podemos dizer que a composição social da militância do PC do B foi, predominantemente, do sexo masculino (80%), com faixa etária entre 16 e 27 anos (70%), e com atuação na capital nos segmentos universitário e secundarista (57%). (...) parte considerável dos militantes estudantis no ano de 1968 nasceu no interior, 13 de um total de 18 processados. As cidades mais citadas como local de nascimento foram Alagoinhas (7), Ilhéus (3), Itabuna (3), Itapicuru (4), Jequié, Buerarema, Geremoabo, Paramirim, Serrinha, Barra do Mendes, Abaré, Senhor do Bonfim. A origem “rural” dos militantes pode ter contribuído para maior identificação com a linha política que defendia trabalho integrado ao campo.<sup>18</sup>

A principal singularidade do PC do B na Bahia que emerge da dissertação de Andréa não é a aglutinação de militantes que desenvolviam a linha de massas antes do AI-5, pois foi assim com outras organizações. Também não é o fato de o PC do B ter reunido naquela época jovens vindos do interior, mais “simples” que os intelectualizados e que tomaram de repente grande destaque no movimento. A diferença reside na combinação peculiar entre a definição do caminho armado e a linha de massas.

A adesão à luta armada era elemento decisivo para quem aderira ao PC do B, para a sua identidade política, mas não implicava a realização de ações armadas de imediato:

(...) a perspectiva de aliar-se a um partido que defendia a luta armada sob a forma da guerra popular prolongada foi um elemento constituinte da identidade política da militância, que rejeitava a concepção política dos grupos de esquerda que pregavam a luta armada imediata e estavam voltadas, naquele momento, às ações de confronto armado. De modo que a perspectiva da luta de massa sempre esteve presente. Ao contrário do que ocorria com as organizações da esquerda armada que ficavam, cada vez mais, envolvidas em ações políticas de confronto aberto com o regime, a militância do PC do B na cidade de Salvador conseguiu desenvolver (...) atividades (...) no movimento estudantil, com a reestruturação dos diretórios acadêmicos e do DCE, que contribuíram para o ressurgimento de manifestações estudantis no ano de 1975. Além disso, o Partido conseguiu uma hegemonia política e cultural na condução do movimento estudantil baiano.<sup>19</sup>

Distinguem-se três períodos nesta trajetória, com base na pesquisa de Andréa Santos e nas memórias do autor: 1965-68, com forte predomínio das manifestações de rua e das greves estudantis, quando o PC do B emergiu como força relevante; 1969-71, com o deslocamento de militantes experientes para o Araguaia e o refluxo do movimento estudantil, quando a tentativa de organizar entidades estudantis clandestinas foi logo substituída pela política de reabrir as entidades legais; e 1972-75, em que se consolidou o abandono das ações clandestinas e o Partido concentrou esforços em iniciativas políticas amplas e de massas.

#### *O período inicial*

De 1965 a 1968, os poucos militantes do PC do B,<sup>20</sup> identificados como “maoístas”, tinham prática e discurso político bastante radicalizados, participavam ativamente dos movimentos de rua, greves e manifestações e defendiam a preparação da luta armada, mas não a sua realização imediata. Com o forte ascenso das lutas estudantis em 1967, nas eleições para a União dos Estudantes da Bahia (UEB), em novembro, militantes do PC do B, junto com segmentos estudantis independentes, lançaram uma chapa ampla, de massas, derrotada pelo candidato do PCB. No ano seguinte, o PC do B ganhou o Centro Acadêmico Rui Barbosa (Carb) da Faculdade de Direito da UFBA:

A conquista do Carb por militantes do PC do B que, até então, não havia conquistado nenhum diretório acadêmico foi considerada uma verdadeira surpresa, um espanto (...). No dia 8 de maio de 1968, assumia a presidência da entidade Rosalindo Souza, um rapaz negro, nascido



em Caldeirão Grande, interior do Estado. Seu pai, Rosalvo Souza, era presidente da Associação de Artífices de Itapetinga e sustentava a família de cinco filhos trabalhando como pedreiro e encanador, e qualquer função compatível com um trabalhador braçal cujo rendimento pudesse sustentar a família.<sup>21</sup>

O perfil singular de Rosalindo o destacava não apenas da Faculdade de Direito, mas em todo o movimento estudantil baiano da época. O grupo ligado ao PC do B era conhecido pela origem no interior, com poucos vínculos prévios na capital, estudantes-trabalhadores filhos de pequenos proprietários, pequenos comerciantes e funcionários públicos.

Seus militantes combinavam o discurso inflamado e a ação radicalizada nas manifestações de rua com a ação política de massas dentro das faculdades. A gestão pecebista no Carb defendia a radicalização das lutas contra a reforma universitária e a ditadura, mas tomou também uma série de iniciativas de massas, como a criação do curso pré-vestibular noturno, de uma discoteca para doação de discos ao corpo discente e do departamento de apostilas, para facilitar o acesso dos alunos a livros e à bibliografia das disciplinas. O Carb solicitou também à diretoria da faculdade melhorias na biblioteca e a ampliação do horário de funcionamento, com abertura aos sábados e feriados, para facilitar o acesso de alunos do curso noturno. É interessante que não tenha se concretizado a prometida retomada da revista *Ângulos*, criada em 1950 (18 edições até 1966), proposta semelhante às que dariam a tônica da atividade do Partido no movimento estudantil baiano anos depois, como se discute adiante.

O *Boletim Informativo* de junho de 1968 apresentava assim a nova concepção que norteava a ação da entidade:

Queremos todos UNIDOS. Só assim poderemos desenvolver uma administração profícua, cujos primeiros passos já são sugestivos. É chegada a hora de todos apresentarem sua parcela de trabalho. Mas não devemos permanecer tão-somente nessa tarefa administrativa. A situação por que passa a sociedade brasileira exige que cada estudante se transforme em político; que cada estudante conheça a realidade brasileira e participe das manifestações pela liberdade; que cada um esteja em comunhão com os ideais de nosso povo.<sup>22</sup>

#### *O segundo período: 1969-71*

A partir do AI-5, no final de 1968, a repressão generalizada afastou do movimento estudantil os militantes mais conhecidos do PC do B na Bahia, com proibição de matrícula e expulsão de diversas instituições, em especial na Faculdade de Direito. Foram

substituídos por novos militantes, provenientes, na maioria, do movimento estudantil secundarista da capital e do interior. O Partido acompanhou a radicalização das organizações de esquerda no movimento estudantil e, com o fechamento dos espaços legais, tentou reorganizar clandestinamente a UEB e a Associação Baiana de Estudantes Secundaristas (Abes), o que se mostrou inviável.

O compromisso com a luta armada mantinha-se como referência fundamental da identidade dos militantes do PC do B, fator que lhes permitia diferenciar-se de outras correntes políticas. Era forte o apelo do “deslocamento” para outras tarefas, como se lê nos depoimentos de militantes da época:

A possibilidade de aderir ao trabalho em regiões onde o Partido atuava e tivesse algum tipo de ação política fazia parte do cotidiano dos militantes comunistas, que costumavam usar a expressão “ter a mochila preparada”, numa demonstração de que estavam à disposição para integrar-se em organismos de base em outra região do país. (...) “a idéia de ir para o campo era muito arraigada. Havia a concepção de que quem é revolucionário vai para o campo preparar a luta armada. Ir para o campo era a grande aspiração (...). A luta armada era concebida como um processo ritualístico, desenvolvido gradualmente e surgido através de um movimento de massa”. (...) “Uma coisa que era muito clara, isso eu não me esqueço, é que o PC do B deixava com muita clareza que a perspectiva era a guerrilha, o trabalho no campo. E se trabalhava no sentido de todos estarem prontos e preparados para um dia ir trabalhar no campo. Não havia nenhuma ilusão disso. Não se dava ilusão para ninguém. A perspectiva era essa, a perspectiva era a luta armada, mas a luta armada como um processo que se alcançaria depois de atender a todo um desenvolvimento e tal. Na verdade, não era colocada a luta armada como uma questão imediata, era colocada dentro de um processo, mas que o trabalho de massa era fundamental, a integração com as massas era fundamental”.<sup>23</sup>

Apesar da força de que se revestia, este compromisso progressivamente deixou de ter implicações práticas na atividade política e na vida cotidiana de quem ingressava no PC do B ou apoiava suas atividades. A realização de ações políticas amplas, de massas, passou a ser o único objetivo efetivo, além da manutenção da estrutura clandestina do Partido.

A mudança não teve um momento determinado. Em 1970, o PC do B fez campanha aberta pelo voto nulo e contribuiu para a derrota do candidato ao Senado do MDB, criticado com dureza por “fazer o jogo da ditadura”. Ainda em 1971, militantes secundaristas formaram grupos de autodefesa, incumbidos de defender reuniões e proteger comícios-relâmpago e outras atividades de propaganda. A tarefa lhes teria sido passada por um dos últimos dirigentes regionais deslocados para o Araguaia naquele ano.

Os grupos de autodefesa, chamados de “vietcongs” pelos estudantes, foram formados por secundaristas do Manoel Devoto e da Escola Técnica Federal no ano de 1971. (...) Contudo não realizaram ações. Nos depoimentos, (...) os militantes secundaristas não se referiram a

armas fornecidas pelo Partido. Porém um grupo de estudantes realizou treinamento com uma arma, Bereta 765, cuja propriedade era de um dos pais dos alunos. Além disso, teriam lido um *Manual de autodefesa pessoal da Força Área Canadense*. (...) Essas atividades foram analisadas (...) como “uma relação muito romântica”, porque não havia treinamento especializado e traziam consigo perigo, pois os estudantes não sabiam manusear armas de fogo.<sup>24</sup>

A principal surpresa deste segundo período foi a progressiva incorporação de novos militantes e o deslocamento da atividade para a reabertura das entidades legais, em especial os diretórios acadêmicos e os dois diretórios centrais dos estudantes (DCEs), o da Universidade Católica e o da UFBA, tarefas difíceis no contexto de refluxo do movimento estudantil e de fechamento político. A ênfase neste trabalho legal e amplo era uma das propostas que diferenciavam o PCB das organizações que defendiam a luta armada. O PCB tinha influência em centros acadêmicos ainda em atividade e reunia militantes com liderança nas faculdades mais importantes. Suas propostas, na época, eram de trabalho amplo, legal e de massas. Apesar do envolvimento do PC do B com a preparação da Guerrilha no Araguaia, e apesar de os novos militantes terem clareza de que aderiam a um Partido que preparava a revolução armada, estes foram progressivamente deslocando sua prática para atividades semelhantes às que eram propostas pelo PCB, que criticavam como “revisionista” e “traidor da revolução”.

Nesta mudança de orientação política não havia qualquer sentimento de identificação com o PCB, tratado sempre como “traidor” e “revisionista”. Ao contrário, a orientação ampla e de massas era entendida e defendida como parte da crítica das concepções do PCB e acabou sendo decisiva para que os militantes do PC do B derrotassem colegas do PCB em diversas eleições de diretórios acadêmicos importantes, ocupassem seus espaços políticos nas faculdades e consolidassem ampla hegemonia no movimento estudantil de Salvador na época.

O DCE da Católica foi aberto já em 1970, com a realização de eventos culturais, festas e palestras com intelectuais e professores. Foram organizadas semanas culturais e semanas científicas também na UFBA. No final de 1971, criou-se a primeira comissão para reorganizar o DCE desta última universidade.

As atividades amplas e de massas podem ser entendidas como uma tática utilizada pelo Partido para estar presente no segmento estudantil, criar e aproveitar espaços de convivência, mobilizar os estudantes para reivindicações específicas, desenvolver a conscientização política e criar relações de solidariedade e apoio e viabilizar o recrutamento de novos militantes no futuro:

As semanas científicas, no caso as semanas de história natural, eram sempre momentos de envolvimento de outras pessoas, porque necessariamente não entravam no Partido, mas se-

riam fundamentais no apoio, seja em colaboração financeira, seja para guardar material, seja para arrumar um espaço de reunião. A cada ano, sempre tinha um [*colega de turma*] mais próximo, em função dos desdobramentos das atividades provocadas pela própria semana e também agregava pessoas. Por exemplo, naquela época tinha a Universidade Federal da Bahia e tinha a Católica, então era um momento também de aproximação. Naquela semana, se revelavam também outras figuras que não eram do dia-a-dia. E era um contato que, necessariamente, não acabava no Partido, ou até fosse do Partido ligado a outra base.<sup>25</sup>

A aproximação de secundaristas com o PC do B ocorreu pelo trabalho cultural nos grêmios. Até 1969, o Partido tinha presença reduzida no movimento secundarista, em apenas três dos maiores colégios da rede pública de Salvador (Central, Iceia e Escola Técnica Federal). Até 1971, o Partido criou núcleos em mais quatro colégios públicos e quatro privados, os mais “tradicionais” da cidade, e em dez cidades do interior. No Colégio Estadual Manoel Devoto, em Salvador, estudantes promoveram

(...) eventos culturais e mostras de poesias. Quando Gilberto Gil e Caetano Veloso foram para o exílio em Londres, os estudantes fizeram um mural onde os dois cantores apareciam amordaçados, uma alusão à falta de liberdade de expressão. O protesto claramente político não passou incólume. A Direção do Colégio viu na manifestação cultural dos alunos uma atitude política e mandou retirar o mural. Para o militante do PC do B, esse episódio foi um marco para que tivesse a percepção de que se vivia sob o regime militar e com restrições à liberdade de expressão, cultural e política. As sanções do próprio Colégio lhe fizeram despertar um sentimento de contestação, que o depoente denominou de “sensibilidade de esquerda” (...). Também o que os movia era um sentimento misto de fraternidade e de esperança que os unia e os fazia conscientes de que existia um contexto político-social de repressão. Este sentimento estaria expresso na música *Apesar de você*, do Chico Buarque, cantada pelos militantes. Como dizia a letra da música, apesar de “hoje você é quem manda / falou tá falado/ não tem discussão”, os secundaristas acreditavam que amanhã seria um outro dia.<sup>26</sup>

Outro fator de crescimento do PC do B no meio estudantil foi a adesão em bloco de um conjunto de membros da Juventude Estudantil Católica (JEC), reorganizada por volta de 1967 pelos padres jesuítas em Salvador. Este episódio revela a adesão à militância de esquerda a partir de relações de amizade e identidades comuns.

#### *O terceiro período: 1972-75*

A partir de 1972, a organização do Partido na Bahia passou a atuar de forma cada vez mais autônoma. O deslocamento dos quadros mais experientes para o Araguaia enfraqueceu os vínculos com as concepções e práticas arraigadas. Os contatos com a direção se tornaram mais difíceis com o início da luta armada no Araguaia e com a prisão e a morte

de vários dirigentes no Sul do país. As ondas repressivas provocaram a fuga de alguns militantes que haviam dirigido a organização estudantil no segundo período. Os contatos com a direção nacional eram muito rápidos e pouco freqüentes. Os remanescentes e os recém-ingressados se orientavam pelos documentos do Partido e pela programação da Rádio Tirana, capital da Albânia, que abrigava um grupo de militantes do PC do B e oferecia ao Partido suporte internacional.

Militantes que atuavam no movimento estudantil avaliam que, em função da direção não centralizada, os membros do Partido puderam imprimir uma linha de massa mais intensa. Abandonavam as atividades políticas de panfletagem e se preocupavam com atividades culturais com uma inserção no meio estudantil e entre intelectuais na cidade. (...) a situação de Partido que estava no processo de estruturação permitiu aos militantes a possibilidade de não ficarem restritos a uma estrutura partidária burocrática. (...) Essa relativa liberdade de aproveitar o “talento” e o esforço individual e coletivo da militância pôde ser acompanhada pela inserção que acabaram conquistando no meio universitário. Em função dos problemas decorrentes da Reforma Universitária (aumento de excedente interno, falta de verbas, vagas), os militantes estudantis puderam canalizar as insatisfações para reorganizar os diretórios acadêmicos e criaram uma série de artefatos culturais, mobilizadores, como as “semanas culturais” e o Centro Universitário de Cultura e Arte, o Cuca.<sup>27</sup>

Foi nestes anos que o PC do B consolidou sua hegemonia no movimento estudantil baiano, não só pela reorganização do DCE da UFBA, mas também pelo grande número de iniciativas culturais e artísticas. Em junho de 1975, esta Universidade registrou a primeira greve geral de estudantes depois do AI-5, um dos marcos da reorganização do movimento estudantil, que se consolidaria nacionalmente dois anos depois.

No período de 1971 até 1973, militantes vinculados ao PC do B participaram da reorganização dos DA e do DCE. O movimento que começou com os alunos passando em sala de aula, convidando os demais colegas para reativarem os DA, tomaria impulso com a realização de eventos culturais na Universidade. Durante o segundo semestre de 1972, a imprensa local divulgou as atividades de reorganização do movimento estudantil vinculadas às atividades do Centro Universitário de Cultura e Arte (Cuca). Entre elas, a Semana do Estopim, realizada de 15 a 20 de junho em comemoração aos 50 anos da Semana de Arte Moderna, lançamento de livros como *Antologia Poética*, produzidos pelos estudantes da Faculdade de Direito, Semana de Arte Popular e eventos culturais no Teatro Vila Velha, à época considerado um território livre para expressão da arte e liberdade artística (*A Tarde*, 4/9/172; 13/9/72, 25/10/72). Além das oficinas de expressão corporal que fomentariam, futuramente, núcleos de Teatro Amador Universitário. Originariamente, (...) a iniciativa de criar um centro cultural surgiu em reuniões entre militantes do PCB, mas teriam sido ativistas do PC do B, que trabalhavam com arte e cultura, que levaram à frente a criação do Cuca como um meio de mobilizar os estudantes e confluir para a reestruturação dos DA. (...) as atividades culturais realizadas e incentivadas por militantes do Partido não apareciam como tarefas político-partidárias, mas resultante

da efervescência do final dos 60 em que cada manifestação cultural poderia se transformar em evento político. (...) o Cuca foi uma iniciativa de estudantes que se interessavam por arte, literatura e cultura.<sup>28</sup>

Os estudantes mais intelectualizados que ingressaram na universidade no início da década de 1970 eram muito ligados ao tropicalismo e aos movimentos culturais contestatórios da Europa e EUA. Os novos militantes do PC do B traziam e mantiveram estas influências e referências culturais. Misturavam-se Mao Tse-tung, o vietcong e a Tropicália com Beatles, Janis Joplin e Hendrix. Chico Buarque, Gil e Caetano eram referências permanentes.

Se fizermos uma analogia com o início do PC do B na Bahia, entre os anos 1965 e 1968, cujos militantes não tinham conquistado uma inserção cultural na universidade, podemos dizer que as atividades desenvolvidas por essa geração de militantes dos anos de 70 representaram uma mudança de perfil que vai se concretizar na representação que eles conquistaram no segmento estudantil ao longo dos anos 70. Alguns ativistas do Cuca e também de sua outra vertente o Cuci (Centro Universitário de Cinema) passaram a ser dirigentes dos diretórios acadêmicos.<sup>29</sup>

Este novo perfil de militantes passou a ser maioria nas organizações estudantis do PC do B em Salvador. As ações clandestinas foram suspensas e os critérios de recrutamento e admissão tornaram-se mais cautelosos. Os militantes que ingressaram a partir de 1973 não tinham contato com o Comitê Universitário ou seus integrantes não se apresentavam como tal. Os contatos regulares com o Comitê Regional só foram restabelecidos em 1976.

#### *Os “dois partidos” no PC do B e o papel de Pedro Pomar*

A coexistência das duas vertentes da política do PC do B já havia sido destacada por Wladimir Pomar em trabalho anterior, no qual analisa os principais documentos do Partido e uma seleção de editoriais do jornal *A Classe Operária*, de 1969 a 1975.<sup>30</sup> A dubiedade já estava delineada, segundo Wladimir, na avaliação do Partido sobre o golpe de 1964 e nas primeiras definições do caminho a ser seguido no combate à ditadura:

Pomar avaliava que o movimento operário e popular não forjara uma força própria para enfrentar o projeto reacionário. (...) A direção do PCB, que era hegemônica, tinha a responsabilidade maior por não haver elevado a consciência das massas, por haver se subordinado à direção vacilante de uma burguesia fraca e desfibrada, mas (...) o movimento social, em si mesmo, ainda não era suficientemente pujante. (...) “temos que nos preparar para uma luta dura, árdua e prolongada. As condições em que o golpe se realizou e a facilidade com que as

forças reacionárias tomaram o poder deveriam nos alertar para o fato de que teremos que combinar adequadamente a construção do Partido, a sedimentação de uma forte base política de massas nacional e a preparação de uma luta armada que englobe todo o povo”. Pomar também defendeu a necessidade de traçar uma tática de frente única que agregasse todas as forças que se opunham à ditadura e tivesse como objetivo central a sua derrubada e a reconquista das liberdades democráticas. (...) A tática deveria ter como meta dar fim à ditadura, obstáculo principal ao avanço da democracia, da independência nacional e dos direitos dos trabalhadores [e] só por meio dela se conseguiria acumular forças e reunir condições para avançar rumo aos objetivos programáticos. Estas opiniões bateram de frente com as de Danielli, para quem o problema fundamental e imediato era preparar a luta armada. Esta deveria passar a ser a tarefa número um.<sup>31</sup>

A definição da luta armada como tarefa central e imediata foi o eixo principal das definições ideológicas e políticas de toda a esquerda brasileira, e não apenas do PC do B, a partir da grave derrota sofrida com o golpe de 1964. Os grupos que se separaram do velho PCB e os que haviam se organizado fora dele enveredaram por concepções militaristas,<sup>32</sup> inspirados pelo foquismo:

Naquela época, o foquismo era a teoria oficial da Revolução Cubana. (...) A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através dos escritos de Ernesto Che Guevara (...) e de Régis Debray. (...) O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos. (...) Se já existiam as condições objetivas, também eram necessárias as condições subjetivas, conforme ensina o marxismo, ou seja, a vontade de fazer a revolução por parte das forças sociais por ela beneficiadas. Aqui entrava a grande descoberta: as condições subjetivas podiam ser criadas ou rapidamente completadas pela ação de um foco guerrilheiro. Este funcionava como o pequeno motor acionador do grande motor, as massas. (...) Escritos posteriores do próprio Che (...) salientaram o beco sem saída das formas legais de lutas de massas e converteram a guerrilha rural na forma absoluta da ação revolucionária.<sup>33</sup>

Nas definições do PC do B sobre o caminho da luta armada, a crítica do foquismo sempre ocupou papel destacado. O Partido defendia a concepção de guerra popular prolongada, inspirada na experiência da revolução chinesa e defendida pelos principais dirigentes do PC chinês na época, especialmente Lin Biao. Nesta concepção, a luta armada deve ser uma luta de massas desde o seu início e não deveria surgir por decisão dos revolucionários, e sim como parte do avanço da luta das massas.<sup>34</sup>

Embora criticasse com veemência o foquismo, a direção do PC do B implementou as teses cubanas na prática. A dubiedade entre as duas perspectivas estava presente em todos os documentos do Partido na época e aparece com clareza em *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*, de janeiro de 1969, o qual

(...) engloba num só texto, como complementares, concepções divergentes e até antagônicas quanto à participação das massas (...) e quanto ao papel do partido de vanguarda (...). As idéias que predominaram na prática viam o campo, em primeiro lugar, como um terreno favorável para a ação de destacamentos de combatentes “firmes e de grande lealdade ao povo, com consciência revolucionária e confiança em si mesmos (...)”. Em segundo lugar, desde que estes combatentes tivessem “forjado sólidos vínculos com as massas da região” e tivessem formulado as reivindicações dessas massas, seria possível ganhá-las para participar da guerra. A luta armada vinha antes de ganhar as massas, era o instrumento para ganhar as massas. A essas concepções contrapunham-se as de que “o início da guerra popular não pode ser um ato voluntarista desta ou daquela corrente política. Na realidade, surge numa determinada situação em que se torna necessária a passagem da fase da luta de massas não armada para a fase da luta armada de massas”. Esta idéia subentendia que os próprios camponeses, através de sua experiência de luta, deveriam ganhar consciência da necessidade da luta armada que eles mesmos deveriam empreender (...). O campo, nesta concepção, é fundamentalmente massas camponesas, e não terreno. O papel dos elementos partidários deslocados para o campo deveria ser, assim, basicamente político, de integrar-se com as massas camponesas (...), de despertá-las para os próprios problemas, de ajudá-las a descobrir, na luta pela solução desses problemas, que eles só podiam ser resolvidos por meio da revolução social. (...) a luta armada surgiria das próprias massas em luta (...). O “surgimento de pequenos grupos armados” era possível, mas “a partir da luta das massas”.<sup>35</sup>

A dubiedade de orientações permaneceu nos documentos, mas se resolveu em favor da vertente foquista na preparação da Guerrilha do Araguaia. Prevaleceu a orientação de privilegiar a ação de um grupo de militantes decididos, capazes de preparar a luta armada em segredo, isolados do movimento político da região do interior em que se realizaria esta preparação. A outra concepção, presente nos documentos do PC do B, definia a preparação da luta armada e seu posterior desencadeamento como parte da luta política da população rural. Todo o processo deveria estimular e acompanhar a consciência política e a organização dos trabalhadores da região em que o Partido estivesse atuando.

O triunfo avassalador da orientação militarista, voluntarista, foi muito favorecido pelas avaliações sobre a conjuntura de 1968, comuns a todos os grupos de esquerda que empreenderam ações armadas naquele momento:

A maior parte da direção do PC do B acreditava que as lutas surgidas em 1968 não expressavam suficientemente o grau de revolta do povo e seu ódio crescente contra a ditadura. Haveria, pois, um reclamo por lideranças esclarecidas, já que, a qualquer momento, aquela revolta e aquele ódio ao regime militar poderiam levar as massas a romper o cerco ditatorial e se engajar em poderosas lutas. (...) Existiria (...) uma situação revolucionária que exigia o emprego de ações revolucionárias. O corolário era que o Partido deveria tomar a iniciativa dessas ações. (...) Com as ações de guerrilha urbana em pleno desenvolvimento, acabou por firmar-se na maior parte da direção do PC do B a antiga idéia de que quem primeiro começasse a guerra popular no campo arrastaria o resto. Foi nesse contexto que, entre 1968 e 1969, todo o centro de preparação da luta armada foi transferido para o Sul do Pará.<sup>36</sup>



Segundo Wladimir, no início de 1970, Pedro Pomar avaliou que

(...) sua resistência ou sua crítica ao que chamava de blanquismo tinha poucos resultados positivos. (...) Criara-se uma situação interna de tal ordem no Partido que [tudo] era sempre tomado como uma indicação do avanço inevitável da revolução. Quando as massas se mantinham apáticas, isto ocorria porque esperavam uma direção conseqüente na luta armada. Quando as massas iam à luta, mesmo econômica, era porque já estavam dispostas a pegar em armas. Sem nenhuma função específica de direção nacional, em total minoria (...), Pomar voltou-se para a construção do trabalho no Vale do Ribeira e nas áreas limítrofes. (...) orientava os quadros destacados para a região a manterem atividades econômicas e sociais legais, (...) a descobrir brechas pelas quais pudessem realizar atividades amplas, de massa, sem chamar a atenção do aparelho repressivo, e construir o Partido com segurança. Com esse trabalho, em Londrina, Avaí, Registro e outras cidades, começaram a se desenvolver iniciativas que levavam os quadros (...) a descobrir os movimentos reais de resistência de massa à ditadura e a criar alternativas de longo prazo para o Partido. (...) desenvolveram na Universidade de Londrina um programa de atividades e debates literários, tendo como foco Lima Barreto e sua obra. Com isso, de uma forma ampla e de massa, abriam caminhos novos para a discussão da situação brasileira e para descobrir outros militantes para a luta revolucionária.<sup>37</sup>

A divergência entre as duas concepções reapareceria de forma clara na mudança de métodos a que a direção se viu obrigada depois da violenta onda repressiva iniciada no segundo semestre de 1972 e que levou à desarticulação dos organismos dirigentes e de boa parte das estruturas regionais. No final de 1973, João Amazonas, o dirigente máximo do Partido e principal defensor do caminho armado seguido no Araguaia, pediu a Pedro Pomar que assumisse a Secretaria de Organização, no lugar de Carlos Danielli, assassinado um ano antes. Pomar concordou, mas impôs a condição de que os métodos de organização e de segurança fossem modificados radicalmente, pois não correspondiam ao quadro repressivo:

O trabalho do Partido era muito agitado e pouco organizativo. A direção e a militância, até então, haviam se preocupado unicamente em manter vivo o nome do Partido, distribuindo materiais, pichando muros e paredes e proclamando sua presença, em vez de ligar-se às massas e lutar com elas. (...) Foi uma conversa dura e penosa, mas Amazonas acabou concordando (...). Assim, em setembro de 1973, o Partido que restara começou a tomar conhecimento da primeira orientação de “fingir-se de morto” e levar à prática a política do Partido sem falar no Partido. Na prática, isso representava uma mudança na linha militarista, uma virada para a defensiva estratégica na organização e para um trabalho de massa de longo prazo, enquanto o discurso político ainda se mantinha na linha da ofensiva, já que a maioria da direção ainda não tomara consciência plena das condições que enfrentava.<sup>38</sup>

A mudança era substancial, era a prevalência das orientações que Pomar defendera em vão durante os anos anteriores. Era a explicitação da linha que a organização estudantil do PC do B em Salvador tinha implementado na prática nos anos anteriores.

Para Wladimir, a coexistência de posições divergentes e antagônicas é um elemento explicativo fundamental para a análise da história do PCB, pelo menos desde o processo de reorganização iniciado em 1941-42, no qual se formou o grupo que dirigiu o Partido nas décadas seguintes. Wladimir apresenta a tese de que o PCB era, de fato, um conjunto de partidos, ou conjunto de correntes, e que o PC do B manteve esta característica. A idéia é estimulante, inclusive porque o livro traz informações novas sobre momentos em que esta diversidade teria se manifestado e dado a tônica dos movimentos do Partido.

É o caso das greves do final de 1957, em São Paulo. Naquele momento, em meio à desorientação dos dirigentes do Partido pelos acontecimentos internacionais do ano anterior (XX Congresso do PCUS e Revolução Húngara), e em meio à crise aberta na direção, “independentemente de qualquer outro tipo de divisão interna, as tradicionais correntes camufladas que conviviam mescladas e confundidas no PCB se fizeram novamente presentes nesta situação, contribuindo para o desencadeamento das lutas operárias”.<sup>39</sup>

Este e outros episódios apresentados no livro sugerem que setores das bases do Partido tomavam iniciativas relevantes em momentos de enfraquecimento da autoridade da direção. Outros episódios relatados por Wladimir mostram que estes conflitos não se limitavam às tensões entre as direções e as bases e perpassavam a própria direção. Neste sentido, a tese do “conjunto de partidos”, ou “conjunto de correntes”, estimula pelo menos duas linhas de análise promissoras, que Wladimir desenvolve de forma preliminar em diferentes momentos do livro.

Uma delas é a sucessão de mudanças no posicionamento dos dirigentes do Partido na disputa geral entre “reformadores” e “burocratas”, de 1943 até o V Congresso, em 1960. Wladimir critica trabalhos historiográficos<sup>40</sup> que simplificam estes conflitos ao identificar dois grupos permanentes e homogêneos, “burocrático” e “renovador”. Afirma que os dois grupos se confundiram em muitos momentos e houve diversas trocas de posição:

Em 1954, o grupo que detinha o controle e o domínio sobre o Partido era formado por Prestes, Arruda, Amazonas, Grabois, Holmos – o Secretariado da Comissão Executiva. (...) Giocundo Dias, mesmo não fazendo parte da Executiva e do Secretariado, era o quadro responsável pelo funcionamento da Secretaria-Geral, isto é, de Prestes, fazendo a ponte entre este e Arruda, que operava o Secretariado. Dias, portanto, concentrava um poder prático muito além de seu poder formal. (...) Quem ajudou Prestes a elaborar a linha do IV Congresso, além de Arruda, foram Mário Alves, Jacob Gorender e Holmos. Amazonas e Grabois estiveram ausentes durante a preparação do IV Congresso, fazendo um curso na União Soviética, na mesma turma que (...) Pomar. Este nem foi eleito para o Comitê Central do IV Congresso (...). Em 1957, Arruda estava em oposição a Amazonas e Grabois, enquanto Pomar (...) tinha posições que o distinguia dos três.<sup>41</sup>

Wladimir defende que alguns dos líderes da “renovação” e da linha do V Congresso, como Gorender e Mário Alves, participaram ativamente da elaboração da linha anterior. Com as destituições de dirigentes em 1957, depois do XX Congresso do PCUS, os alinhamentos foram se alterando sucessivamente, processo que se acentuou depois do golpe. Na desintegração do PCB, líderes da ala “renovadora” formaram organizações que se lançaram à luta armada, como Marighella, na ALN, Jacob Gorender e Mário Alves, no PCB/R.

O autor não isenta a trajetória de Pedro Pomar de muitos dos equívocos que aponta nos diversos grupos dirigentes, mas destaca que ele teria defendido sempre uma perspectiva simultaneamente de massas e revolucionária, embora não tenha conseguido formulá-la de maneira completa e organizada nos diversos momentos da história do PCB e do PC do B nos quais ocupou posições dirigentes de relevo. Pedro Pomar teria tido sempre uma posição distinta tanto da corrente “renovadora” ou “reformista”, afinal triunfante no V Congresso, de 1960, quanto do “burocratismo dogmático” prevalecente desde a reorganização de 1943. Esta posição teria se mantido na formação e desenvolvimento do PC do B, no qual Pomar teria sido o formulador principal da “linha ampla”, em oposição ao “militarismo voluntarista”, e o principal crítico da forma como se preparou a luta armada no Araguaia.

Wladimir apresenta diversas críticas a autores que trataram da história do PCB por não terem dado a devida atenção às diferenças entre os grupos que se opuseram na direção do Partido em diversos momentos, mas não formula estas críticas de forma rigorosa e detalhada, o que não era seu propósito.<sup>42</sup> Cabe observar que as dificuldades dos historiadores para identificar as opiniões de Pedro Pomar se explicam, em boa medida, pelo desconhecimento a que estas se viram relegadas. Convencido dos métodos de organização típicos da III Internacional, de não divulgar divergências existentes no interior dos órgãos dirigentes do Partido nem mesmo para as direções intermediárias, as teses de Pomar permaneceram mescladas com posições divergentes nos documentos partidários, em especial nos textos posteriores a 1962.

O leitor atento consegue hoje distingui-las, mas na época o resultado era um conjunto eclético e contraditório, suficiente para permitir que as posições hegemônicas dessem o tom da política do Partido, como ocorreu com os militantes estudantis da Bahia entre 1965 e 69. Apenas diante de situações peculiares ou inesperadas, como as verificadas com as organizações baianas do Partido de 1969 a 75, é que estas posições puderam se transformar em fontes de orientação da prática política dos militantes partidários, em decorrência da forma como foram entendidas por aqueles militantes nas condições específicas que enfrentavam.

### *Comentários finais e indicações de pesquisa*

A trajetória do PC do B nos primeiros dez anos da ditadura coloca questões muito relevantes sobre a história das esquerdas e sobre as condições da luta política no período, em especial quando se consideram situações específicas.

Ao contrário do ocorrido com as demais organizações revolucionárias que partiram para a luta armada, o PC do B sobreviveu como força política organizada. No movimento estudantil de Salvador, cresceu continuamente até conseguir liderança incontestável, com atividade política ampla e forte presença nas entidades legais desde os anos de maior fechamento político. Há fortes indicações de que esta capacidade decorreu, no essencial, da combinação peculiar da orientação “estratégica” para a luta armada com uma “tática” ampla e de massas, muito semelhante à que propunha o PCB.

As concepções militaristas eram hegemônicas no PC do B e seguiam a matriz de inspiração foquista comum às organizações revolucionárias na época. O Partido conservou, contudo, um conjunto de concepções que enfatizavam a luta política ampla e de massas, a atuação nos espaços institucionais e a combinação de variadas formas de atividade. A presença e a persistência destas concepções deveu-se à identificação do Partido com a herança comunista da III Internacional e também à forte influência de Pedro Pomar. Um dos principais dirigentes comunistas brasileiros desde a década de 1940, Pomar opôs-se às idéias militaristas e foquistas, mas sem romper com o Partido nem com suas orientações estratégicas gerais.

A trajetória no movimento estudantil de Salvador, analisada no trabalho de Andréa Santos, seguiu uma das vertentes que compunham as concepções do PC do B, expostas no livro de Wladimir Pomar. Esta vertente apontava para atuação política ampla e de massas, com ênfase nos espaços legais, e para concepções organizativas “recuadas”, o “fingir-se de morto”.

Pode-se afirmar que a organização estudantil do PC do B em Salvador enveredou por este caminho a partir de sua própria experiência e da leitura dos documentos do Partido, em um período de pouco controle da direção nacional sobre sua atividade e de “deslocamento” dos dirigentes locais mais experientes para fora da Bahia. Não há registro de que estas orientações tenham sido passadas explicitamente aos militantes estudantis do estado por dirigentes do Partido. Esta hipótese é muito improvável, pois toda a direção do PC do B aceitava o princípio comunista de manter as divergências no interior dos organismos dirigentes, sem expô-las sequer para as direções intermediárias.

As orientações adotadas intuitivamente em Salvador anteciparam a autocrítica que os sobreviventes da esquerda armada fariam a partir de 1973-74, de forma mais ou menos

explícita. Tais orientações, contudo, foram geradas anos antes deste processo geral, por militantes organizados em torno de uma definição pela luta armada, quando esta definição era o divisor de águas da esquerda revolucionária e a sua principal identidade política. Esta hipótese reforça a tese de que estas políticas amplas estavam contidas nos principais documentos do PC do B, embora subordinadas e mescladas com a vertente voluntarista que deu a tônica do Partido até pelo menos 1973, quando as práticas amplas já haviam se consolidado na organização estudantil baiana.

A passagem para esta orientação em Salvador se deu sem ruptura com as definições gerais pela luta armada, mas estas deixaram progressivamente de ter implicações imediatas para a atuação dos militantes estudantis. Ainda assim, eles se identificavam com as definições gerais pelo caminho armado, que eram parte relevante de sua identidade política, inclusive para diferenciar-se das propostas “reformistas” do PCB que, de fato, aplicavam.

Havia, portanto, uma articulação complexa entre a definição pelo caminho armado, que inspirava e sustentava a militância política, e a prática ampla e “reformista”, que efetivamente o negava. A natureza desta articulação é um elemento importante para compreender um dos paradoxos da trajetória do PCB e do conjunto da esquerda brasileira naqueles anos.

O fracasso das tentativas de luta armada confirmou o acerto geral das propostas do PCB sobre a tática política e sobre a natureza da ditadura. A autocrítica da esquerda armada reconheceu isso implicitamente, da mesma forma que a prática seguida pelo PC do B no movimento estudantil em Salvador.<sup>43</sup> Contudo, além de nunca ter sido explicitado, este reconhecimento não recuperou o prestígio do PCB nem levou militantes de volta ao velho partido. Os desdobramentos da nova prática ampla e de massas, a partir dos meados dos anos 1970, deixou o PCB à margem da renovação da esquerda e desaguou na formação do PT e da CUT. A implosão do velho Partido Comunista e de todo o campo político e cultural que nele se referenciava teria sido, portanto, um processo definitivo e relativamente precoce em relação a outros países que contavam com tradição comunista relevante. A “novidade” do PT e da CUT pode ser reavaliada a partir destas indagações.

Reflexões semelhantes podem ser feitas a respeito do papel que desempenhou no PC do B a fidelidade a teses centrais do leninismo e do stalinismo. O Partido criticava o foquismo com base no apego ao que entendia ser a tradição marxista-leninista, definida pela leitura maoísta, na forma da guerra popular, e pela leitura stalinista, na forma dos esquemas interpretativos herdados III Internacional e cristalizados no IV Congresso do PCB. Desta herança vinham dois elementos que não se ajustavam às teses do foquismo: o papel dirigente do Partido, que se opunha às idéias de que a vanguarda é tudo e de

que a ação cria o partido, teorizadas de forma clara por Marighella;<sup>44</sup> e o papel das massas, que contrariava a absolutização dos grupos armados feita na maior parte das demais organizações.

Ainda assim, o PC do B aderiu de fato ao foquismo na preparação do Araguaia, mas transitou para uma prática distinta em algumas das áreas em que atuava. Em outras organizações revolucionárias a dubiedade estava presente, mas se resolveu pelo afastamento e dispersão dos que defendiam a orientação de massas ou que se opunham ao militarismo.<sup>45</sup>

Todo este conjunto de questões torna mais complexa a trajetória e as opções de Pedro Pomar, desde a crise do PCB, na segunda metade dos anos 1950, até a transformação do PC do B em uma organização de fato militarista e foquista. A fidelidade de Pomar à herança comunista explica, ao menos em parte, sua decisão de participar da criação do novo partido, em 1962, depois de expulso do PCB, e também sua permanência até a derrota da Guerrilha, depois de atravessar por anos um ostracismo semelhante ao vivido mais de uma década antes. Cabe refletir, contudo, sobre as relações entre as posições de Pomar e seus vínculos com práticas e organizações de base do velho PCB, nos anos 1950, em especial as organizações operárias de São Paulo e as grandes greves do período. A análise dos elementos de continuidade entre as indagações, as propostas e os espaços de Pomar, no PCB e no PC do B, pode contribuir muito para a compreensão da trajetória do movimento comunista no Brasil.

A experiência do PC do B no movimento estudantil de Salvador coloca a indagação sobre os determinantes das peculiaridades assumidas ali, se teriam sido fruto de algo específico ao Partido naquele estado e naquele momento ou se seriam as primeiras manifestações de uma tendência geral de superação do militarismo e do voluntarismo, de passagem para a prática “basista” e de massas, da qual resultou o movimento que conduziu à formação do PT e da CUT.

Todo este conjunto de questões ressalta a relevância de analisar as peculiaridades das organizações de esquerda e da sua atuação em espaços específicos, embora estivessem envolvidas em determinações gerais muito fortes: todas se tornaram militaristas e foquistas entre 1967 e 73-74, todas se tornaram basistas e “de massas” nos anos seguintes.

Resta, por fim, a indagação crucial sobre as possibilidades históricas de criação de alternativas políticas consistentes, tanto às práticas do PCB até o golpe quanto ao militarismo da esquerda revolucionária nos primeiros anos da ditadura. As questões colocadas pela história do PC do B contribuem para esta reflexão, de grande atualidade quando o PT e a CUT aderem ao chamado caminho único do neoliberalismo.

*Recebido em novembro/2004; aprovado em dezembro/2004*

## Notas

\* Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo. E-mail: cecarv@pucsp.br.

<sup>1</sup> Partido Comunista do Brasil foi o nome do PCB desde sua fundação, em 1922, até 1961, quando passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mantida a sigla PCB. Dezenas de dirigentes e militantes criticaram abertamente esta e outras mudanças, foram expulsos do PCB e, em 1962, criaram um novo Partido Comunista do Brasil, conhecido pela sigla PC do B.

<sup>2</sup> Sobre a esquerda revolucionária no Brasil – e o PC do B neste conjunto –, as duas referências básicas são: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5 ed. rev. e ampl., São Paulo, Ática, 1999; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993.

<sup>3</sup> A análise do PC do B com base nesta tese foi feita anteriormente em: POMAR, Wladimir. *Araguaia: o Partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980. Tese semelhante foi levantada por Hélio da Costa em seu trabalho sobre o PCB entre a democratização e o golpe de 1964. Ver COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995.

<sup>4</sup> Os trabalhos dedicados diretamente ao PC do B não são muito numerosos: CAMPOS FILHO, Romualdo P. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, UFG, 1997; CÍCERO, Péricles. *PC do B (1962-1984): a sobrevivência de um erro*. São Paulo, Novos Rumos, 1985; GALDINO, Antônio C. *O PC do B e o movimento de luta armada nos anos 60*. 1994. Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas; LEVY, Nelson. O PC do B: continuidade e ruptura. *Teoria e Debate*, 1(1), São Paulo, Brasil Debates, 1980, pp. 22-59; LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo, Alfa Ômega, 1984; POMAR, Valter Ventura R. *Comunistas do Brasil: interpretação sobre a cisão de 1962*. 1999. Dissertação de mestrado em História apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo; POMAR, 1980, op. cit.; PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. 2 ed., São Paulo, Global Editora, 1979; REIS FILHO, Daniel A. “O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros”. In: REIS FILHO, Daniel A. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, v. I, pp. 105-32; SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil: propostas teóricas e prática política – 1962-1976*. 2000. Dissertação de mestrado em História apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas; id. O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política. *Cadernos AEL: Tempo de Ditadura*. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 8, n. 14/15, pp. 13-50, 2001.

<sup>5</sup> POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo, Xamã, 2003, 360 p. O caráter de biografia romaneada (ou romance biográfico) oferece um painel diversificado de aspectos pouco conhecidos da vida dos comunistas brasileiros, de como eram as pessoas, seus valores e suas condutas. Aparece com destaque a memória do cotidiano, da vida pessoal e familiar de Pomar, de como atuava e se relacionava com as pessoas. Wladimir estruturou o livro em diversos planos de narração, como se fossem as memórias do próprio Pedro. Esta forma de apresentar a vida do biografado amplia bastante o espectro de questões abordadas e torna a leitura mais agradável do que seria a de uma obra apenas de rigor acadêmico, mas deixa para o leitor a dúvida sobre a real autoria das lembranças pessoais – se são provenientes de conversas dos dois, de anotações, de memórias de outras pessoas. Diz: “espero que os leitores saibam perdoar os possíveis deslizes filiais num trabalho em que, para ser inteiramente isento, o autor deveria manter distanciamento adequado em relação a seu objeto de estudo” (p. 12).

<sup>6</sup> SANTOS, Andréa C. *Ação entre amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)*. 2004. Dissertação de mestrado em História Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 207 p. A autora apresenta assim a metodologia adotada: “Interessa-



nos saber de que forma a ação política se concretizou, em que segmento encontrou ressonância e quem a protagonizou, as estratégias e os desafios para executá-la. Trata-se de analisar o PC do B por meio do conjunto dos seus membros, e não estritamente pelo entendimento da linha político-partidária, como se esta se auto-explicasse e não precisasse criar um campo de interlocução para interpretar e colocá-la em prática. A investigação sobre a ação coletiva dos militantes pode nos revelar aspectos pouco conhecidos da vida partidária, ainda mais se considerarmos que alguns ativistas políticos estão mortos e não deixaram registros de sua participação nem das estratégias políticas usadas para organizar o Partido” (p. 13). E, ainda: “É particularmente difícil reconstruir a história da militância pela escassez de dados tanto em relação à trajetória do Partido na Bahia quanto em outros Estados. O novo Partido que se construía na década de 60 tinha à frente pequeno número de militantes (...). Foram usados na dissertação 27 depoimentos orais com militantes e ex-militantes do PC do B que nos permitiram reconstruir as ações e as experiências vividas pelo grupo, além de identificar elementos da história de vida que serviram para traçar um perfil da militância” (p. 23). “Em relação aos processos judiciais, a principal fonte utilizada foram as peças processuais que tramitaram na Justiça Militar e arquivados no fundo Brasil: Nunca Mais” (p. 26).

<sup>7</sup> SANTOS, Andréa Cristiana. *Memórias da Resistência: perfil biográfico dos desaparecidos políticos baianos na Guerrilha do Araguaia*. Projeto experimental de conclusão do curso de graduação em Comunicação Social – Jornalismo, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 2001, 146 p.

<sup>8</sup> POMAR, *Pedro Pomar...*, op. cit., pp. 205-9, 238, 271.

<sup>9</sup> Segundo Wladimir, “ao tomar conhecimento paulatino das memórias e reconstituições históricas do (...) PCB (...), fui-me dando conta de que, invariavelmente, meu pai era um homem *fora do lugar* em todas elas. Não se tratava de nada premeditado, tendencioso ou malévolo, a não ser raramente, mas de desinformação mesmo, de desconhecimento da própria história vivida, em função das condições de clandestinidade e de um sistema organizativo que funcionava como espelho deformante da realidade refletida”. Id., *ibid.*, pp. 9-10.

<sup>10</sup> Id., *ibid.*, p. 250.

<sup>11</sup> Gorender não aponta as expulsões durante 1961 como um dos fatores que levaram à decisão de criar o PC do B e não procura explicações para a trajetória singular de Pedro Pomar no processo: “Colocados na defensiva durante o debate de 1956-1957, Amazonas e Grabois não cederam com relação às posições stalinistas. Mantiveram estas posições depois de excluídos do Comitê Central, em 1960. Pedro Pomar amargou, desde 1948, longo período de descenso na hierarquia partidária. Por motivos não esclarecidos, passou da Comissão Executiva à suplência do Comitê Central e, em 1955, atribuíram-lhe a direção do Comitê Distrital do Tatuapé, em São Paulo. Pomar se portou com dignidade diante do rebaixamento e continuou a cumprir as tarefas com a mesma dedicação. No primeiro momento do debate aberto em torno do informe confidencial de Kruchof, foi severo crítico da Comissão Executiva. Assim, porém, que as linhas ideológicas de discussão ficaram definidas, prevaleceu nele a formação stalinista, o que o reaproximou de Amazonas e Grabois”. op. cit., p. 37.

<sup>12</sup> POMAR, *Pedro Pomar...*, op. cit., pp. 250-8.

<sup>13</sup> Segundo W. POMAR, *id.*, *ibid.*, p. 286, com a campanha de revolucionarização da direção partidária, “pensava superar a escassez de quadros e militantes para o dispositivo militar do Araguaia e preparar o Partido para o desencadeamento da luta armada”.

<sup>14</sup> “Estas perdas apressaram a incorporação da AP (...). Metade do Comitê Central do PC do B se preencheu com dirigentes vindos da AP” (GORENDER, op. cit., p. 240).

<sup>15</sup> Sobre as organizações de esquerda na Bahia no período, além do trabalho de SANTOS, *Ação entre amigos...*, op. cit., ver: SILVA, Sandra Regina Barbosa. “*Ousar Lutar, Ousar Vencer*”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). 2003. Dissertação de mestrado em História apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da FFCH/UFBA, Salvador; e também o artigo inédito de FERREIRA, Miniz G. *A história política da esquerda baiana: uma história em construção*, Salvador, mimeo., 22 p.



<sup>16</sup> O PC do B deslocou 69 militantes para a região do Araguaia, segundo GORENDER (op. cit., pp. 233-243), 12 dos quais vinham da Bahia. Destes 12, dez eram provenientes do movimento estudantil baiano. Dos dez, oito estão desaparecidos e devem ter sido mortos: Antônio Carlos Monteiro Teixeira, Demerval Pereira, Dinalva Santana Coqueiro, Dinalva Oliveira, José Lima Piauhy Dourado, Rosalindo Souza, Vandick Reidner Coqueiro e Uirassu Batista; sobreviveram Luzia Ribeiro, presa na primeira campanha do Exército, em maio de 1972, e Eduardo Monteiro Teixeira, preso quando chegava à região, em 1972. Também estão entre os desaparecidos, e devem ter sido mortos, Nelson Lima Piauhy Dourado, funcionário da Petrobrás em Mataripe, e o veterano Maurício Grabois, fora do estado havia muitos anos. Com exceção de Grabois, o perfil dos militantes baianos deslocados para o Araguaia foi analisado detidamente no trabalho anterior de Andréa Santos (*Memórias da Resistência*, op. cit.).

<sup>17</sup> Sobre a luta interna na AP e o processo de incorporação ao PC do B, ver GORENDER, op. cit., pp. 122-129. Na Bahia, a incorporação da parte da AP que aderiu ao PC do B se deu já em 1972, mas a composição da organização estudantil em Salvador não se alterou.

<sup>18</sup> SANTOS, *Ação entre amigos*, op. cit., p. 103.

<sup>19</sup> Id., *ibid.*, p. 181.

<sup>20</sup> “Depoimentos revelam que, nesse período, o Partido teve 50 membros efetivos (...). Com base nos processos judiciais, conseguimos contabilizar 18 pessoas que responderam a interrogatório sobre o movimento estudantil, destes 15 homens e 3 mulheres”. Id., *ibid.*, p. 70.

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, p. 52.

<sup>22</sup> Id., *ibid.*

<sup>23</sup> Id., *ibid.*, p. 127. Trechos selecionados de entrevistas com militantes estudantis baianos da época.

<sup>24</sup> Id., *ibid.*, pp. 94-95.

<sup>25</sup> Id., *ibid.*, p. 81.

<sup>26</sup> Id., *ibid.*, p. 84.

<sup>27</sup> Id., *ibid.*, pp. 74-5.

<sup>28</sup> Id., *ibid.*, pp. 96-9.

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, p. 100.

<sup>30</sup> POMAR, *Araguaia...*, op. cit. Os principais documentos foram publicados nas coletâneas da Editoria Maria da Fonte, Lisboa: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil*, 1974; id., *Política e revolucionarização do Partido*, 1977; id., *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*, 1974.

<sup>31</sup> POMAR, *Pedro Pomar...*, op. cit., pp. 274-5.

<sup>32</sup> Para GORENDER, op. cit., p. 92: “O termo militarismo, dicionarizado como indicativo da preponderância dos militares na vida política, recebeu entre as esquerdas o significado de predomínio da tendência para a luta armada imediata. Organizações esquerdistas *militaristas* eram aquelas que adotavam formas de luta e de propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas”.

<sup>33</sup> Id., *ibid.*, pp. 88-89. Nas páginas seguintes, o autor mostra como o foquismo se originou “num dos mais interessantes mitos do movimento revolucionário mundial, o mito de que a Revolução Cubana chegou à vitória pelo poder mágico de 12 ou 17 sobreviventes da expedição do Granma, iniciadores da luta na Sierra Maestra a partir do nada” (p. 90).

<sup>34</sup> Gorender resume as diferenças entre o foquismo e guerra popular prolongada apenas ao papel dirigente do Partido Comunista e ausência do objetivo socialista imediato, e aponta como semelhanças o papel atribuído ao campesinato e à guerrilha rural (op. cit., p. 91). Wladimir Pomar acentua as diferenças entre as duas concepções, em função do papel atribuído, desde seu início, ao caráter de massas da luta armada, em oposição ao voluntarismo que identifica no foquismo (*Araguaia...*, op. cit., pp. 23-25).

<sup>35</sup> POMAR, *Araguaia...*, op. cit., pp. 23-24.

<sup>36</sup> Id., *Pedro Pomar...*, op. cit., p. 288.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, pp. 290-291.

<sup>38</sup> Id., *ibid.*, pp. 302-303.

<sup>39</sup> Id., *ibid.*, p. 222.

<sup>40</sup> Dentro do estilo geral do livro, Wladimir não apresenta estas críticas de forma sistemática e nem a referência bibliográfica adequada.

<sup>41</sup> POMAR, *Pedro Pomar...*, op. cit., pp. 224-225.

<sup>42</sup> É o caso do pronunciamento de Pedro Pomar na reunião conhecida na época como Pleno Ampliado do Comitê Central, em janeiro de 1946, de que o texto fornece apenas o título, *O PCB no trabalho de massas*, sem indicar que a referência de publicação está na bibliografia. Falta a referência de um importante comentário de Graciliano Ramos sobre este discurso, apresentado como exemplo relevante da procura de Pomar por uma linha “de massas” (Id., *ibid.*, pp. 139-147).

<sup>43</sup> Para GORENDER, op. cit., pp. 230-231, a *Autocrítica 1967-1974*, da Ala Vermelha, foi “o primeiro documento da esquerda armada a reconhecer seu erro fundamental: o erro de ter feito da opção pela luta armada imediata o divisor de águas com relação ao reformismo pacifista do PCB. Rejeitar o caminho pacífico significava decidir-se pelo caminho armado da revolução, porém não devia significar luta armada *imediate*, nem mesmo concentração de esforços no sentido de preparar qualquer luta armada. Devia implicar, isto sim, novo tipo de trabalho de massas e de alianças políticas, o que, em momento favorável sem prazo fixado, quando se concentrassem suficientes condições objetivas e subjetivas, conduziria à luta armada revolucionária”. Não há, aqui, qualquer reconhecimento de acertos do PCB, mas é correto concluir que esta afirmação implica perceber que a orientação mais adequada da esquerda revolucionária estaria mais próxima daquilo que o PCB propunha, e não do que foi efetivamente feito, ou seja, a concentração de esforços em preparar a luta armada e em desencadeá-la por decisão dos militantes revolucionários.

<sup>44</sup> GORENDER, op. cit., pp. 103-105.

<sup>45</sup> Houve divergências deste tipo na Dissidência da Guanabara, no PRT e no PCBR. Id., *ibid.*, pp. 168-169; 114-226.